

BREVE HISTÓRICO DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO BRASIL

Rodrigo Augusto de Lima¹

RESUMO

A contabilidade enquanto atividade profissional está presente no Brasil desde o período colonial, assim o artigo traz uma breve apresentação histórica do ensino da contabilidade no Brasil retratando os principais acontecimentos que trouxeram reflexos para a contabilidade. Constatou-se que o ensino e desenvolvimento contábil no Brasil ocorreu somente após 1808 com a chegada da Família Real. O artigo através da revisão bibliográfica periodiza e destaca as propostas de cursos que correspondiam ao que na época mais se aproximava de uma formação para o exercício profissional em contabilidade. Os apontamentos delineiam que somente no século XX, com a expansão comercial do país e suas exigências de caráter administrativo, forjaram a necessidade de organizar o ensino comercial, de maneira padrão, o que ocorreu apenas nos de 1902, com a criação da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo, e apenas na década de 1940, por meio do Decreto-Lei nº 9.295/1946, a regulamentação da profissão contábil no Brasil.

Palavras-chave: Contabilidade. Ensino. Profissão Contábil.

ABSTRACT

Accounting as a professional activity has been present in Brazil since the colonial period, so the article presents a brief historical presentation of accounting teaching in Brazil, depicting the main events that brought accounting reflexes. It was found that education and accounting development in Brazil occurred only after 1808 with the arrival of the Royal Family. The article through the bibliographic review periodizes and highlights the proposals of courses that corresponded to what at the time most approached a formation for the professional exercise in accounting. The indications point out that it was only in the twentieth century, with the country's commercial expansion and its administrative requirements, forged the need to organize commercial education in a standard way, which only occurred in 1902 with the creation of the Academy of Commerce of Rio de Janeiro and the Practical School of Commerce of São Paulo, and only in the 1940s, through Decree-Law 9,295 / 1946, the regulation of the accounting profession in Brazil.

Keywords: Accounting. Teaching. Occupation Accounting.

¹ Graduado em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, Pós-Graduado em Gestão Contábil e Tributária e mestrando em Educação pela Universidade de Sorocaba (UNISO).

1 Introdução

O “descobrimento” do Brasil aconteceu em um período de amplo processo de expansão econômica e política de alguns países europeus, principalmente pela Espanha, Portugal, França e Inglaterra. Objetivando principalmente o desenvolvimento capitalista, com a manutenção dos privilégios da nobreza, a colonização surgiu como uma oportunidade de intensificar a acumulação de capital desses países por meio da exploração da colônia, onde a metrópole determinava tanto o que produzir quanto a maneira de produzir, guiada por uma doutrina mercantilista (CUNHA, 2007).

Durante esse momento, em que o Brasil passou a constituir colônia portuguesa, imperando um processo de exploração e extrativismo pela metrópole, surge um processo de resistência dos colonos, justificando assim a chegada dos jesuítas no Brasil em 1549 (COELHO; VASCONCELOS, 2009) que, segundo Cunha (2007), tinha por principal missão a conversão dos indígenas mediante a catequese e dar apoio religioso aos colonos.

Na retaguarda da atividade missionária, os jesuítas desenvolviam atividades educacionais, sendo os precursores do ensino superior no Brasil.

[...] os jesuítas mantinham nos centros urbanos mais importantes da faixa litorânea colégios para o ensino das primeiras letras, para o ensino secundário e superior. Eles se destinavam a cumprir tripla função: de um lado, formar padres para atividade missionária; de outro, formar quadros para o aparelho repressivo (oficiais da Justiça, da Fazenda e da Administração); e outro, ainda, ilustrar as classes dominantes no local, fossem filhos dos proprietários de terra e de minas, fossem os filhos dos mercadores metropolitanos aqui residentes (CUNHA, 2007, p. 25).

Segundo Cunha (2007), o ensino jesuíta em seus colégios no Brasil era dividido em quatro graus de ensino. O primeiro grau era o curso elementar que consistia no ensino básico (ler, escrever, contar) e os primeiros ensinamentos religiosos, tendo uma duração de aproximadamente um ano. Já o segundo curso era o de Humanidades, com duração de dois anos, sendo o ensino da Gramática, da Retórica e das Humanidades, feito todo em latim. O terceiro curso era o de Artes, também chamado de Ciências Naturais ou de Filosofia, sendo sua duração de três anos, onde havia o ensino da lógica, física,

matemática, ética e metafísica, conferindo ao estudante o grau de bacharel e de licenciado. O quarto e último curso era o de Teologia, o qual tinha uma duração mais longa, quatro anos, e conferia o diploma de doutor.

Em 23 de junho de 1551, época em que o Brasil ainda era Colônia de Portugal, o primeiro Contador foi nomeado. Naquela data, Brás Cubas, fundador da cidade de Santos-SP, foi nomeado pelo Rei D. João III, em Almeirim, para o cargo de Provedor da Fazenda Real e Contador das Rendas e Direitos da Capitania. Nesse cargo vitalício foi confirmado pelo Rei D. Sebastião, em Carta de Confirmação passada em Lisboa, em 8 de maio de 1563. Em 1561, estando o Brasil e Portugal sob o domínio espanhol, Felipe II criou o Conselho de Fazenda para a administração financeira das Colônias, no qual atuavam os Contadores (RODRIGUES, 2014).

2 SÉCULO XIX: aS AULA DE COMÉRCIO

Como visto, a Contabilidade enquanto atividade profissional está presente no Brasil desde o período colonial, contudo seu ensino formal e em termos específicos inicia-se com a transferência da sede do reino português para o Brasil, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro.

Com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, em função da guerra na Europa e a invasão francesa imposta por Napoleão, várias foram as decisões tomadas por D. João VI que favoreceram o desenvolvimento do Brasil, tais como a abertura do comércio brasileiro aos países amigos de Portugal e o estímulo ao estabelecimento de indústrias, por meio do cancelamento da lei que não permitia a criação de fábricas no Brasil (COELHO, 2007).

Para Cunha (2007), o período compreendido entre 1808 (chegada da Família Real) a 1820 (retorno de D. João VI a Portugal) foi efervescente em termos de mudanças de diversas ordens, que influenciaram a conjuntura estabelecida na então Colônia. A partir daí começa a ocorrer no Brasil a estruturação e a ampliação do aparelho administrativo e militar, da produção agrícola e manufatureira, das atividades mercantis, comerciais e culturais, similares ao que existia em Portugal.

Mudanças como essas, aliadas a outras que ocorreram nas áreas da segurança, saúde, justiça e administração dos interesses do reino, formam o cenário no qual a educação escolar também sofreu modificações, surgindo assim a necessidade da criação de instituições e cursos de nível técnico e superior, com o objetivo principal de formar os quadros dos burocráticos para o Estado e também profissionais liberais. “Outros cursos foram criados para formação de profissionais não militares para a burocracia do Estado, como os de Agronomia, de Química, de Desenho Técnico, de Economia Política e de Arquitetura”, tendo esses cursos o objetivo de suprir as necessidades crescentes de profissionais especializados frente à nova conjuntura econômica, social e política (CUNHA, 2007).

Nesse cenário, o ensino de contabilidade tem seu surgimento mais especificamente em 23 de novembro de 1808, que segundo Peleias *et al.* (2007, p. 23) “foi criada uma cadeira de Aula Pública de Ciências Econômicas no Rio de Janeiro, atribuída a José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu”. Logo após, em 1809, foram criadas as Aulas de Comércio, também no Rio de Janeiro, por meio de Alvará de 15 de julho desse ano, iniciando-se assim o ensino comercial no Brasil (PELEIAS *et al.*, 2007).

Esses cursos correspondiam ao que na época mais se aproximava de uma formação para o exercício profissional em contabilidade, contudo não se destinavam a isso objetivamente.

Segundo Peleias *et al.* (2007) a partir da década de 1830 identifica-se, de modo mais claro, o que eram as Aulas de Comércio. Nesse período, o governo imperial, por meio de decretos, aprovou, estabeleceu e modificou as condições de oferta dessas aulas. Ainda segundo o mesmo autor, a promulgação do Regulamento das Aulas do Comércio no Rio de Janeiro com o Decreto nº 456, de 6 de julho de 1846, e com a definição do conteúdo abordado durante os dois anos do curso e dos critérios para cursar as Aulas do Comércio, que basicamente eram: ter mais de 14 anos e obter aprovação no exame da Gramática da Língua Nacional, Aritmética e Língua Inglesa ou Francesa. Os currículos tinham disciplinas de cunho prático, voltadas principalmente às necessidades diárias dos negócios.

3 SÉCULO XIX: o instituto comercial do rio de janeiro

Segundo Peleias et al. (2007), os acontecimentos na primeira metade do século XIX, tais como o desenvolvimento do comércio internacional, a crise do regime escravocrata, o surgimento de um período financeiro culminado pelas empresas comerciais industriais foram acontecimentos importantes para o desenvolvimento do ensino da contabilidade no Brasil.

Os autores ainda afirmam que a década de 50 do século XIX foi também muito importante no ensino comercial e contábil brasileiro com o Decreto nº 769, de 9 de agosto de 1854 e o Decreto nº 1.763, de 14 de maio de 1856, dando novos estatutos à Aula de Comércio da Corte, formando um curso denominado Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Com esse “novo” curso, houve a reestruturação na grade curricular, contudo mantendo a sua duração em dois anos (PELEIAS et al., 2007).

De acordo com Saes e Cytrynowicz (2001 apud Peleias et al., 2007) na década de 60 do século XIX, dois decretos foram importantes para o desenvolvimento do ensino da contabilidade, o Decreto nº 2.741, de 9 de fevereiro de 1861 e o Decreto nº 3.058, de 11 de março de 1863, em que ambos mostram a preocupação do governo Imperial com o ensino ligado à gestão dos negócios.

A principal mudança imposta pelo primeiro Decreto nº 2.741 foi a criação de um curso preparatório e outro profissional.

No curso preparatório eram ensinadas quatro cadeiras, a saber: primeira: gramática nacional, caligrafia e desenho; segunda: a língua francesa; terceira: o inglês; e quarta: o alemão.

O curso profissional também foi dividido entre quatro cadeiras, a saber: primeira: aritmética completa, com aplicação especial ao comércio, álgebra, até as equações do segundo grau; segunda: escrituração mercantil e legislação da fazenda; terceira: geografia e estatística comercial; quarta: direito comercial e economia política (SILVA, 2005, p. 70-71).

Já o Decreto nº 3.058, de 11 de março de 1863 definiu novos Estatutos para o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, passando a duração do curso de

dois para quatro anos, distribuindo segundo Silva (2005, p. 71) da seguinte forma:

Primeiro ano: francês, inglês e aritmética, com aplicação especial às operações comerciais e álgebra até equações do segundo grau.

Segundo ano: francês, inglês, aritmética, álgebra, geometria plana e no espaço, geografia e estatística comercial.

Terceiro ano: alemão, geografia, estatística comercial, direito comercial e legislação de alfândegas e consulados, comparada com as das praças de maior comércio com o Brasil, e escrituração mercantil.

Quarto ano: alemão, direito comercial e legislação das alfândegas e consulados, comparada com as das praças de maior comércio com Brasil, e escrituração mercantil (grifo nosso).

Segundo Silva (2005), o Decreto nº 7.684, de março de 1880, foi de extrema importância para o ensino da contabilidade no Brasil, pois tal decreto criou na cidade do Rio de Janeiro a Escola Normal Primária, que tinha por objetivo principal formar professores para lecionar no magistério primário e, entre as disciplinas do curso, três têm seu destaque: escrituração mercantil, princípio de economia social e doméstica.

Mudanças ocorreram no curso do Instituto Comercial do Rio de Janeiro durante as décadas de 70 e 80 do século XIX, com alterações e reduções na quantidade de disciplinas ministradas e no processo de seleção (PELEIAS et al., 2007), contudo, para Silva (2005, p. 73), com o Decreto nº 7.538, de 15 de novembro de 1879, começa o declínio do Instituto.

Em 1880 ocorreu uma profunda mudança nos estatutos do Instituto Comercial do Rio de Janeiro. O decreto nº 7.679, datado de 28 de fevereiro de 1880, **reduziu drasticamente o volume de disciplinas**, direito comercial e legislação das alfândegas comparada com a das praças de maior comércio com o Brasil, escrituração mercantil e economia política. **O tempo de duração da Aula do Comércio foi reduzido para dois anos** (grifo nosso).

No entanto, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro teve sua extinção no ano de 1882, motivado principalmente pelo esvaziamento de alunos e dificuldade em atender as exigências para o aluno ingressar no curso.

Conforme esclarece Bielski (2000), o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, substituto da Aula do Comércio, não conseguiu atender ao ensino compatível com as necessidades do comércio da capital, o que provocou um esvaziamento de alunos.

O que auxiliou, também, para o declínio do Instituto Comercial, conforme o editorial do Jornal Cruzeiro, de 26 de junho de 1882, "era o vício originário do **papelório**; para que cada aluno alli penetrasse exigia-se-lhe tantos documentos e informações, que logo aos primeiros passos desanimava o aspirante à matrícula." (BIELINSKI, 2000, p. 5, grifo do autor).

Segundo Bielinski (2000) houve a criação de outro Instituto Comercial do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Legislativo nº 98, de 26 de julho de 1894. Relatou que, na mesma época, houve a iniciativa e os esforços para a criação do curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e os bons resultados obtidos com essa iniciativa.

O ensino comercial profissionalizante na capital do império apresentava falhas e estava completamente decadente. Diante deste cenário ocorreu a iniciativa da criação do Curso Comercial do Imperial Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 1882, o curso era gratuito e oferecido em horário noturno.

4 SÉCULO XX: O CAMINHO PARA O RECONHECIMENTO PROFISSIONAL

O período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX caracterizou-se pela expansão na criação de cursos destinados à "escrituração comercial". Iniciou-se uma nova fase para o ensino com grandes mudanças e a expansão do ensino comercial, entre 1889 e 1931. Essas mudanças foram motivadas por uma combinação de fatores: crescimento econômico causado pelo aumento na produção e crescimento da urbanização, principalmente da cidade de São Paulo (PELEIAS et al., 2007).

Apesar de sua implantação no início do século XIX, o ensino comercial demorou quase 100 anos para dispor de uma estrutura capaz de torná-lo mais bem preparado para atender as necessidades comerciais do país.

No início do século XX, à vista da expansão comercial do país e das exigências de caráter administrativo, surge a necessidade de organizar o ensino comercial, de maneira uniforme, em todo o país, e em 1902, são criadas a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo, esta pela Fundação Álvares Penteado (FECAP), sendo ambas com aulas diurnas e com mensalidades (BIELINSKI, 2000).

Saes e Cytrynowicz (2001 apud Peleias et al., 2007) afirmam que houve grandes mudanças no ensino comercial brasileiro a partir da Proclamação da República, e com a extinção do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, substituído pela Academia de Comércio do Rio de Janeiro por meio do Decreto nº 1.339, de 9 de janeiro de 1905, sendo essa Academia declarada de utilidade pública e seus diplomas oficialmente reconhecidos.

“Três anos mais tarde, o Decreto Federal nº 1.339/1905 reconheceu oficialmente os diplomas expedidos pela Escola Prática de Comércio, instituindo dois cursos: um que se chamava curso geral e outro denominado curso superior.” (PELEIAS et al., 2007, p. 26).

Segundo Peleias e Bacci (2004), algumas personalidades foram importantes no reconhecimento da profissão contábil, dentre eles o senador João Lyra, Francisco D’Auria, Raul Vaz e Frederico Hermann Junior, cuja luta foi registrada em manifestações por meio de discursos e pronunciamentos.

Herrmann Jr. e D’Auria participaram ativamente na criação das primeiras entidades de classe dos contabilistas: o Instituto Paulista de Contabilidade (atual Sindicato dos Contabilistas de São Paulo), da Academia Paulista de Contabilidade e da Revista Paulista de Contabilidade com seu primeiro número editado em junho de 1922, substituindo a Revista Brasileira de Contabilidade com o objetivo de publicar não só artigos técnicos, mas também defender as causas nobres que redundarem em benefício dos contadores e guarda-livros brasileiros (PELEIAS; BACCI, 2004, p. 45).

À mesma época, em 1920, tramitava no Senado Federal projeto de lei de autoria do senador Raymundo de Miranda, determinando que toda a escrituração comercial fosse realizada pelo sócio autorizado pelo contrato social ou por guarda-livros habilitados (PELEIAS; BACCI, 2004).

Segundo Peleias et al. (2007) é nesse cenário que surge o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, por meio do Decreto-Lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945, com duração de quatro anos, concedendo o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos seus concluintes. Em sua primeira edição, a grade curricular do curso tinha como disciplinas específicas: Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Revisões e Perícia Contábil (PELEIAS et al., 2007, p. 27).

O Decreto-Lei nº 9.295/1946 marca a história da contabilidade brasileira, pois trouxe legalidade e legitimidade à profissão para o seu digno exercício. Nesse mesmo ano foram criados o Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais de Contabilidade de São Paulo e do Paraná e nos anos seguintes os demais Conselhos Regionais, com exceção dos Regionais do Tocantins, Acre, Amapá e Roraima, que foram implantados na década de 1990 (JORNAL DO CFC, 2006).

Criado com o firme propósito de fiscalizar o exercício profissional e de melhor preparar os profissionais, o Conselho Federal de Contabilidade passou a contar com sua sede própria na década de 1950, no Rio de Janeiro, em cumprimento ao artigo 3º, do Decreto-Lei nº 9.295/1946, que prevê a sede da entidade na capital da República. Por esse mesmo motivo, hoje a sede do Conselho Federal de Contabilidade encontra-se instalada em Brasília, transferência ocorrida em 1991, na gestão do ex-presidente Ivan Carlos Gatti.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa deste artigo buscou fazer uma breve evolução histórica do ensino da contabilidade no Brasil retratando os principais acontecimentos que trouxeram reflexos para a contabilidade.

Constatou-se que o ensino e desenvolvimento contábil no Brasil ocorreu somente após 1808 com a chegada da Família Real, em função da guerra na Europa e a invasão francesa imposta por Napoleão. As várias decisões impostas por Dom João VI trouxeram certo desenvolvimento para a economia local, gerando com isso a necessidade de maior atenção para a área de negócios.

Pode-se afirmar que as escolas foram implementadas gradativamente ao longo do século XIX. Entre as instituições precursoras desse ensino tivemos a Aula do Comércio do Rio de Janeiro, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro e o Liceu de Artes e Ofícios.

Somente no século XX, com uma expansão comercial do país e das exigências de caráter administrativo, surgiu a necessidade de organizar o ensino comercial, de maneira uniforme, em todo o país, ocorrendo em 1902 a criação da Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de



Comércio de São Paulo, esta pela Fundação Álvares Penteado (FECAP), tendo mais tarde, por meio do Decreto-Lei nº 9.295/1946, a regulamentação da profissão contábil no Brasil.

REFERÊNCIAS

BIELINSK, A. C. Educação profissional no século XIX: curso comercial do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso. **Boletim Técnico do Senac**. [online]. set./dez. 2000, v. 26, n. 3. Disponível em:

<<http://www.senac.br/informativo/bts/index.html>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

CRISPIM, G.; MIRANDA, L. C. O ensino da contabilidade no curso de administração de empresa: a percepção do corpo discente das disciplinas de contabilidade na sua formação acadêmica. **Advances in Scientific and Applied Accounting**. [online]. São Paulo, 2012, v. 5, n. 1, p. 131-155. Disponível em: <<http://asaaccounting.info/asaa/article/view/73>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

COELHO, C. U. F. Reflexões sobre o ensino de contabilidade: aspectos culturais e metodológicos. **Boletim Técnico Senac**, Rio de Janeiro, v. 33, n.1, jan./abr. 2007.

_____. **O técnico em contabilidade e o mercado de trabalho**: contexto histórico, situação atual e perspectivas. [online]. Disponível em:

<<http://www.senac.br/informativo/bts/263/boltec263d.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

COELHO, S. S.; VASCONCELOS, M. C. C. A criação das instituições de ensino superior no Brasil: o desafio tardio na América Latina. **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**. [online]. 25-27 nov. 2009, Florianópolis-SC. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/37012>> . Acesso em: 28 dez. 2014.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

JORNAL DO CFC. [online]. Brasília-DF, mar./abr. 2006, ano 9, n. 81.

Disponível em: <<http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Jornal81.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P.; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade e Finanças**. [online]. 2007, v. 18, n. spe, p. 19-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-7072007000300003&lng=pt&nrm=iso&tling=pt>. Acesso em: 31 dez. 2014.

PELEIAS, I. R.; BACCI, J. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista Administração Online – FECAP**. [online]. jul./ago./set. 2004, v. 5, n. 3, p. 39-54. Disponível em:

<http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5034.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

RODRIGUES, A. A. **A história da profissão contábil e das instituições de ensino, profissionais e culturais da ciência contábil no Brasil**. Centro de



Memória Virtual do CRCRS. [online]. Disponível em:
<<http://www.crcrs.org.br/memorial/historico>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

SILVA, A. F. **A contabilidade brasileira no século XIX**: leis, ensino e literatura. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005. [online]. Disponível em:
<http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=970>. Acesso em: 5 jan. 2015.